

Orçamento-Geral da União terá um corte de R\$ 42,1 bilhões

Nova regra prevê multa de até R\$ 500 mil a empresa com irregularidade sanitária

Página 5

Janot quer ouvir delatores da Odebrecht em ação sobre Angra 3

Página 14

Após notificação de 500 casos, OMS alerta para surto de sarampo na Europa

Mais de 500 casos de sarampo já foram reportados apenas este ano na Europa, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS). A diretora regional da entidade, Zsuzsanna Jakab, declarou que "a situação preocupa, já que o continente europeu registrou avanços nos últimos dois anos para eliminar o sarampo". As informações são da ONU News.

A transmissão do vírus já foi interrompida em dois terços dos 53 países da região, mas continua em 14 nações. A maioria dos novos casos de sarampo foi confirmada em sete países, incluindo alguns dos mais ricos do continente: Alemanha, França, Itália, Polônia, Romênia, Suíça e Ucrânia.

Vacinação - A Itália e a Romênia são as nações que mais concentram casos da doença, sendo que a maioria está em áreas com baixa cobertura de imunização. Só na Romênia, foram registrados 3,4 mil casos desde 2016, com 17 mortes.

A OMS destaca que o número de infecções está subindo rapidamente na Europa, sendo que nesses sete países o índice de imunização da segunda dose da vacina contra o sarampo é de menos de 95%.

A agência da ONU pede aos países europeus para tomarem medidas que levam ao fim da transmissão da doença e para manterem os índices de vacinação os mais altos possíveis. Segundo a OMS, por se tratar de um vírus altamente contagioso, o sarampo pode se espalhar para qualquer país, inclusive para aqueles que já eliminaram a doença. (Agência Brasil)

Previsão do Tempo

Quinta: Sol com muitas nuvens durante o dia e períodos de céu nublado. Noite com muitas nuvens



Manhã Tarde Noite

Fonte: Climatempo

DÓLAR

Comercial
Compra: 3,11
Venda: 3,11

Turismo
Compra: 2,99
Venda: 3,24

EURO

Compra: 3,35
Venda: 3,35

OURO

Compra: 117,97
Venda: 130,20

Entidades denunciam que contrabando dá prejuízo de R\$ 130 bilhões ao Brasil



Ministro da Justiça e Segurança Pública, Osmar Serraglio

A Frente Parlamentar Mista de Combate ao Contrabando e à Falsificação e o Movimento Nacional em Defesa do Mercado Legal Brasileiro lançaram na quarta-feira (29) a campanha "O Brasil que nós queremos", em parceria com o Ministério da Justiça. A meta é coibir a prática de con-

trabando no Brasil. Segundo as entidades, em 2016, o mercado ilegal gerou perdas de R\$ 130 bilhões para o país, de perdas de setores produtivos, como tabaco e vestuário e sonegação de impostos. A campanha ocorre em conjunto com mais de 70 entidades empresariais e organizações da sociedade civil afetadas pelas práticas ilegais do contrabando.

O aumento dessas práticas decorre de uma combinação de fatores: aumento de impostos, crise econômica e fragilidade das fronteiras. Por isso, "atacar o contrabando é uma medida extremamente efetiva para a recuperação econômica e colabora duramente para o fim do tráfico e do crime nas cidades".

O Orçamento-Geral da União terá um corte de R\$ 42,1 bilhões, informaram na noite de quarta-feira (29) os ministros da Fazenda, Henrique Meirelles, e do Planejamento, Dyogo Oliveira. Eles também anunciaram o aumento de tributos para cumprir a meta de déficit primário (resultado negativo nas contas públicas sem o pagamento de juros) de R\$ 139 bilhões para este ano.

O governo pretende enviar uma medida provisória para reverter quase totalmente a desoneração da folha de

pagamento. Em vigor desde 2011, a desoneração da folha atualmente beneficia 56 setores da economia, que pagam 2,5% ou 4,5% do faturamento para a Previdência Social, dependendo do setor, em vez de recolherem 20% da folha de pagamento.

A desoneração da folha de pagamento será mantida apenas para os setores de transporte rodoviário coletivo de passageiros, de transporte ferroviário e metropolitano de passageiros, de construção civil e obras de infraestrutura e de comunicação. Página 3

Condução coercitiva de Picciani divide Alerj; manifestantes festejam com bolo

Página 4

Presidente dos Correios defende ampliação de serviços para manter estatal

Página 3

Julgamento da chapa Dilma-Temer tem duração imprevisível, dizem ministros do TSE

Página 5

Esporte

Três ralis da Mitsubishi Motors serão disputados simultaneamente em Mogi Guaçu

No próximo sábado, dia 1º de abril, o Autódromo Velo Città, em Mogi Guaçu (SP), será palco de uma grande festa off-road: a abertura da temporada 2017 de ralis da Mitsubishi. Serão três provas simultâneas: o rali de regularidade Mitsubishi Motorsports, o rali de aventura e tarefas Mitsubishi Outdoor, e o rali cross-country de velocidade Mitsubishi Cup, que terá uma disputa inédita de rallycross.



Mitsubishi Cup terá muitas novidades em 2017

Full Time Bassani tem Diego Nunes e Betinho Valério no grid



Neste domingo (02) acontece a primeira etapa da temporada 2017 da Stock Car. A principal categoria de automobilismo nacional tem uma equipe nova de formação, porém com um grande histórico no esporte à motor, a Full Time Bassani. Trata-se de uma parceria comercial entre os chefes de equipe Maurício Ferreira (Full Time Sports) e Eduardo Bassani (Bassani Racing) que na otimização de custos, passam a compartilhar ideias e ideais. Página 6

Betinho Valério na Full Time Bassani

Alberto Cesar Otazú e Zeppe Corsi empatam na liderança do GPCKA

O GP Circuito Amador de Kart está mais competitivo do que nunca. Após a segunda etapa o certame está empatado com Giuseppe Corsi e Alberto Cesar Otazú (Braspress/Pilottech/BraClean/Alpie) na liderança, ambos com 67 pontos.

'Zeppe' Corsi fez o 'hat trick' (pole position, volta mais rápida e vitória) no último domingo no Kartódromo Internacional Granja Viana, repletando o feio de Alberto Cesar na prova de abertura em Interlagos. Página 6

Últimos dias para confirmar presença na etapa de Peruíbe



O final de semana, dias 1 e 2 de abril, reserva a estreia de mais um importante evento para São Paulo. ACUP SERIES, competição que reunirá, num único final de semana, cinco diferen-

tes modalidades - corrida, triatlo, duathlon, aquathlon e natação em águas abertas - acontecerá no sábado e domingo, em Peruíbe, no litoral sul paulista. Página 6

Morar Bem, Viver Melhor: 192 famílias de SP ganham casa própria

Em SP, 55% dos beneficiários de programas sociais retiraram kit de TV digital

Na véspera do desligamento do sinal analógico de TV em São Paulo e em outros 38 municípios da região metropolitana, 63% das pessoas que têm direito a retirar o conversor para adaptar sua televisão ao sinal digital já fizeram o agendamento (1,3 milhão) e 55% já retiraram o kit (1,1 milhão), de acordo com a Seja Digital, entidade responsável pela transição da TV aberta analógica para a nova fase.

Famílias beneficiárias de programas sociais do governo federal têm direito a retirar o kit - que contém conversor, antena e cabos - gratuitamente. Os kits continuarão a ser distribuídos até 45 dias após o encerramento das transmissões analógicas. Com o fim dessas

transmissões, a previsão é de que o índice da população coberta por algum tipo de sistema de recepção de sinal de TV chegue a 95%. Isso inclui, por exemplo, os domicílios que têm TV parabólica.

Das famílias inscritas no Bolsa Família, 91% já contam com o sinal de TV aberta digital e, nos demais programas sociais, o percentual é de 89%.

Para retirar o kit, basta fazer o agendamento da data, horário e local pelo número 147 ou pela internet. No dia de buscar o equipamento, é preciso levar o número de protocolo de agendamento, o CPF ou o NIS (Número de Inscrição Social). A instalação deve ser feita pelo próprio usuário. (Agência Brasil)

Nesta quarta-feira (29), o governador Geraldo Alckmin entregou 192 unidades habitacionais do Loteamento América do Sul, no Bairro do Grajaú, zona sul de São Paulo, construídas pelo Morar Bem, Viver Melhor, marca dos programas habitacionais do Governo do Estado. Ao todo, serão entregues 1.188 moradias dentro desse empreendimento.

As famílias beneficiadas vivem em áreas de risco nas comunidades Alto de Alegria e Jardim Pabreu/Praia e em áreas de mananciais das comunidades Jardim Noronha e Vila Rubi 19 e 20. Elas passam a morar em apartamentos de 47,83 m², com dois dormitórios, sala, cozinha, banheiro e área de serviço.

Além de iluminação pública, pavimentação, paisagismo, redes de água, esgoto e energia elétrica, o condomínio, distribuído por 99 blocos, possui ainda quadra poliesportiva, playground, área de lazer, centro comunitário, estacionamento e portaria.

"Seria impossível você construir em São Paulo um apartamento por R\$ 76 mil, comprar terreno, com toda infraestrutura e ainda obter esse resultado. Então nós complementamos com R\$ 23.600 a fundo perdido, por apartamento", disse Alckmin, que entregou as chaves dos primeiros 192 apartamentos entregues durante a cerimônia de inauguração do empreendimento. De acordo com o governador, o preço final de cada apartamento foi de R\$ 99 mil. "Deu para fazer um belo conjunto ha-



O governador Geraldo Alckmin durante a cerimônia de entrega das chaves do conjunto habitacional do Morar Bem, Viver Melhor

bitacional, com apartamentos de qualidade".

A iniciativa é resultado de parceria entre o Governo estadual, por meio do Casa Paulista, e o programa federal Minha Casa, Minha Vida. Os apartamentos contam com piso cerâmico em todos os cômodos, azulejos nas paredes da cozinha e do banheiro, medição de água individualizada, acessibilidade e outras melhorias.

Alckmin comemorou a iniciativa, e, segundo ele, além dos 59 mil unidades já entregues pelo Casa Paulista, mais 50 mil apartamentos se encontram em obras em todo o Estado de São Paulo. "Foi uma boa parceria. Em vez de disputar, vamos somar esforços. Minha Casa, Minha Vida - Casa Paulista. E casa para que não tem casa, habitação de

interesse social, para famílias de menor renda".

Investimento

As famílias que vão morar no novo conjunto habitacional vão financiar os seus imóveis pela Caixa Econômica Federal, agente financeiro do empreendimento. Elas terão 120 meses para pagar os imóveis, com prestações subsidiadas, de R\$ 80 a R\$ 270 mensais, dependendo da renda mensal familiar.

Foram investidos R\$ 118,3 milhões para a construção das moradias, dos quais R\$ 28 milhões são do Governo do Estado de R\$ 28 milhões, a fundo perdido, e R\$ 90,3 milhões, do governo federal. O empreendimento beneficia diretamente as pessoas, que passam a ter melhores condições de vida.

Mas há ganhos também de preservação ambiental e com a criação de empregos diretos e indiretos. De acordo, com estudo da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU), a cada R\$ 1 milhão investido em programas habitacionais são criados 14,5 empregos.

Histórico

A agência Casa Paulista foi criada em 2011 para fomentar programas habitacionais populares e de interesse social do Governo do Estado. Desde então, foram entregues 5.523 moradias populares na capital, por meio da CDHU e de parcerias público-privadas da Habitação do Centro da Capital (PPP). Mais 12.787 habitações de interesse social estão em construção na cidade de São Paulo.

Em 12 de janeiro de 2012, foi firmada a parceria entre o Governo do Estado e governo federal para a construção de 100 mil moradias no Estado de São Paulo, pela Casa Paulista, programa Minha Casa, Minha Vida, tendo como agentes financeiros o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal. A meta foi superada dois anos depois.

O Morar Bem, Viver Melhor, por sua vez, define a estratégia da política habitacional do Governo do Estado, as ações e investimentos da Secretaria de Estado da Habitação, de infraestrutura, urbanização, requalificação, acessibilidade, proteção ao ambiente, inovação e qualidade de vida para as pessoas atendidas.

Lotês de ovos de Páscoa e colômbas apresentam irregularidades, diz Ipem

Consumidores: fiquem de olhos bem abertos na hora de comprar os produtos típicos do período de Páscoa. O Ipem-SP acaba de realizar uma operação especial na capital e interior para averiguar irregularidades no peso de bombons, trufas, colômbas e ovos de chocolate.

Durante os dias 27 e 28 de março, foram feitos exames nos laboratórios da capital, em Bauru, Ribeirão Preto, São Carlos e São José do Rio Preto, para verificar se supermercados e lojas especializadas - de pequeno, médio e grande porte - estão comercializando de maneira adequada produtos voltados à Páscoa.

O resultado foi a identificação de irregularidades em 12 lotes (16% de produtos típicos do período da Páscoa, entre eles, bombons, trufas, chocolates de formatos variados, colômbas e ovos de chocolate. Na capital, foram 24 lotes verificados, sendo dois (9%) reprovados. Em Bauru, foram 13 lotes verificados, sendo todos aprovados. No laboratório de Ribeirão Preto, foram 12 lotes verificados, sendo dois (17%) reprovados. Em São Carlos, foram 13 lotes verificados, sendo quatro (31%) reprovados. Já em São José do Rio Preto, foram 13 lotes verificados, sendo quatro

(31%) reprovados. Todos os produtos embalados - itens considerados pré-medidos (ou seja, pesados sem a presença do consumidor) devem, obrigatoriamente, informar o peso/volume do item. O consumidor pode utilizar as balanças disponibilizadas pelo supermercado - geralmente na área de hortifrúti - para realizar a conferência. O valor deve sempre ser maior que o conteúdo nominal descrito na embalagem, uma vez que o peso da embalagem deve ser descontado.

As empresas autuadas pelo Ipem-SP têm dez dias para apresentar defesa ao órgão. De acordo com a lei federal 9.933/99,

as multas podem variar entre R\$ 100 e R\$ 1,5 milhão.

Fique de olho

Além de identificar se a indicação de peso e volume está descrita de forma clara nos embalagens dos ovos de Páscoa, o consumidor deve estar ciente que a numeração dos ovos de chocolate serve apenas como referência para o fabricante. Ou seja, não se pode dizer que um produto com numeração maior pesa mais, pois cada fabricante adota uma escala diferenciada de tamanho. Assim, oriente-se apenas pela indicação do peso líquido do ovo de chocolate.

Além de identificar se a indicação de peso e volume está descrita de forma clara nos embalagens dos ovos de Páscoa, o consumidor deve estar ciente que a numeração dos ovos de chocolate serve apenas como referência para o fabricante. Ou seja, não se pode dizer que um produto com numeração maior pesa mais, pois cada fabricante adota uma escala diferenciada de tamanho. Assim, oriente-se apenas pela indicação do peso líquido do ovo de chocolate.

Parceria com Microsoft amplia utilização de tecnologia na rede municipal de ensino

Uma parceria entre a Prefeitura de São Paulo e a Microsoft vai ampliar a utilização de tecnologia na rede municipal de ensino. A iniciativa vai oferecer a alunos e professores acesso às plataformas educacionais da empresa, além de ofertas de capacitação e doação de softwares.

O trabalho conjunto foi oficializado nesta terça-feira (28). O prefeito João Dória assinou a autorização para que a empresa e a Secretaria Municipal de Educação fechem cooperação técnica. Também participaram do evento o secretário de Educação Alexandre Schneider, o secretário de Inovação e Tecnologia Daniel Annenberg, o presidente da Microsoft América Latina, César Cermeida e a presidente da Microsoft Brasil, Paula Belliztia.

A iniciativa contribuirá para a implantação nas escolas de ensino fundamental dos Laboratórios de Educação Digital (LED), que transformarão os laboratórios de informática em espaços colaborativos e orientados para resolução de problemas, permitindo a criação de um currículo educacional que trabalhe linguagem digital. Outro projeto beneficiado é o CEU21, que transformará os Centros Educa-

cionais Unificados (CEUs) em polos de educação digital e experimentação, abertos para os alunos e para a comunidade.

"É um privilégio celebrar esta parceria com a Microsoft. Ao longo das últimas semanas aceleramos um programa de fornecimento de tecnologia com prioridade absoluta para o campo da educação e que foi realizado em tempo recorde graças ao envolvimento e comprometimento da Microsoft em nos ajudar e fornecer capacitação e plataformas educacionais a custo zero e com zero contrapartida", disse Dória.

O acordo prevê a capacitação em tecnologia de estudantes da rede municipal, com programas de estímulo à criação de ideias inovadoras e à geração e desenvolvimento de startups. O foco da ação são as crianças e jovens do Ensino Fundamental, com idade a partir de 6 anos. A empresa oferecerá ferramentas para postagem de conteúdos, elaboração de aulas, sites, blogs, fóruns de discussão e avaliações, além de permissão para uso gratuito do Microsoft Imagine, software de desenvolvimento e design de programas.

Conteúdos online gratuitos

para capacitação básica em tecnologia da informação também estarão disponíveis por meio da plataforma Microsoft Virtual Academy. Este programa dá acesso a ferramentas de aprendizado e a um currículo completo de cursos, que inclui o desenvolvimento de habilidades fundamentais e treinamentos técnicos avançados para alunos e professores.

Além da inclusão digital, a parceria facilitará trabalhos pedagógicos, como a realização de pesquisas e atividades colaborativas entre os alunos, de projetos de criação, resolução de problemas, autonomia, autoria e construção de protótipos. Serão beneficiados pela parceria os 422.110 estudantes do Ensino Fundamental e 58.991 docentes da rede municipal.

Todas as escolas municipais também terão acesso gratuito à plataforma de produtos Microsoft, incluindo licenças de tecnologias da empresa, como o Office 365 Educacional, com Word (editor de textos), Excel (planilha de cálculos), PowerPoint (apresentação de slides), OneNote (bloco de notas dinâmico) e OneDrive (armazenamento de arquivos).

Outra novidade é a oferta de capacitação de professores pelo programa Professores Embaixadores, em temas relacionados à inserção da tecnologia no processo de aprendizado e no uso das ferramentas disponibilizadas na parceria. Para promover a inovação em sala de aula, os professores e diretores de escolas também serão educadores na Comunidade de Educadores Microsoft, portal de colaboração mundial para educadores, em que é possível acessar recursos didáticos, fóruns de discussão, ferramentas e aplicativos gratuitos para download e uso em sala de aula.

CESAR NETO
www.cesarneto.com

ASSEMBLEIA

Muito comemorada a volta do ex-presidente Barros Munhoz (PSDB) - comemorando 40 anos de vida pública - ao cargo de líder do governo (pela 3ª vez) agora do reeleito governador ...

DO

... Pense num cara que, apesar do estilo truculento quando preciso, consegue ser respeitado até pelas oposições enquanto profissional da política que cumpre os acordos e que faz com ...

ESTADO

... que respeitem a Casa na marra. Barros nunca teve medo de quem atacou e / ou ainda ataca a maior e mais importante Assembleia Legislativa estadual do Brasil. Até hoje, foi o único ...

DE

... parlamentar a se eleger sequencialmente - após reeleito ao mandato - presidente da Mesa Diretora da Casa, fato que entrou pra história como alguém que ficou 4 anos consecutivos ...

SÃO

... num cargo que não tem reeleição na mesma legislatura. Advogado desde muito jovem, o político Barros Munhoz pode ser considerado um dos últimos políticos profissionais, num ...

PAULO

... sentido que não é pejorativo, porque chega a honrar a política como atividade na qual estão também homens que fazem justiça a quem merece, não importando se estão em oposição.

HISTÓRIAS

Enquanto a ALESP comemora a dupla (jovem Macris presidente e veteraníssimo Munhoz líder do governo - SP), o Poder Legislativo do Rio teve o "eterno" presidente da ALERJ, Pcciani (PMDB) ...

DA

... conduzido coercitivamente como coadjuvante dos conselheiros (Tribunal de Contas do Estado) presos pela corrupção que ajudou o ex-governador - já tava preso - Cabral (PMDB) a realizar ...

POLÍTICA

... o maior - em menor tempo - roubo ao dinheiro público via ente federativo da história do Brasil. Entre os peemedebistas cariocas e fluminenses a sensação real de que as "casas caíram".

EDITOR

O jornalista CESAR NETO publica esta coluna diária desde 1992. Ela foi se tornando referência na política e uma via das liberdades possíveis. Ele está dirigente na Associação dos Cronistas de Política (São Paulo).

cesar.neto@mais.com

Jornal O DIA S. Paulo
Administração e Redação: Viaduto 9 de Julho, 180, 1º andar - Sala 110, CEP: 01050-060, Fone: 3258-1822
Assinatura on-line: Mensal: R\$ 20,00, Radiobrás - Agência Brasil
Publicidade Legal: Balanços, Atas e Convocações: R. Albion, 229 - Cj. 115 - Lapa, Telefone: 3832-4488
Periódicidade: Diária, Exemplar do Dia: R\$ 2,30
Jornalista Responsável: Maria Augusta V. Ferreira, Mtb. 19.548
E-mail: jornalodiasp@terra.com.br, Site: www.jornalodiasp.com.br

Orçamento-Geral da União terá um corte de R\$ 42,1 bilhões

O Orçamento-Geral da União terá um corte de R\$ 42,1 bilhões, informaram na noite de quarta-feira (29) os ministros da Fazenda, Henrique Meirelles, e do Planejamento, Dyogo Oliveira. Eles também anunciaram o aumento de tributos para cumprir a meta de déficit primário (resultado negativo nas contas públicas sem o pagamento de juros) de R\$ 139 bilhões para este ano.

O governo pretende enviar uma medida provisória para reverter quase totalmente a desoneração da folha de pagamento. Em julho de 2011, a desoneração da folha atualmente beneficia 56 setores da economia, que pagam 2,5% ou 4,5% do faturamento para a Previdência Social, dependendo do setor, em vez de recolher 20% da folha de pagamento.

A desoneração da folha de pagamento será mantida apenas para os setores de transporte rodoviário coletivo de passageiros, de transporte ferroviário e metroviário de passageiros, de construção civil e obras de infraestrutura e de comunicação. "São setores altamente dependen-

tes de mão de obra e vitais para a preservação da recuperação do emprego no país prevista para este ano", declarou Meirelles.

O governo também acabará com a isenção de Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) para operações de crédito das cooperativas. De acordo com Meirelles, a medida gerará R\$ 1,2 bilhão de receitas. "Essa é uma questão de isonomia", justificou o ministro.

A reversão completa da desoneração reforçará o caixa do governo em R\$ 4,8 bilhões neste ano. A medida, no entanto, só deverá valer a partir de julho, por causa da regra que determina que qualquer aumento de contribuição só pode entrar em vigor 90 dias depois da publicação da lei no Diário Oficial da União.

Na semana passada, os ministros da Fazenda e do Planejamento chegaram à conclusão de que o Orçamento de 2017 tem um rombo de R\$ 58,2 bilhões em relação ao necessário para cumprir a meta fiscal. A diferença deve-se ao crescimento da economia menor que o previsto, que reduzirá a receita líquida a R\$

54,8 bilhões, e ao aumento em R\$ 3,4 bilhões na estimativa de despesas obrigatórias. Originalmente, o Orçamento de 2017 previa alta de 1,6% do Produto Interno Bruto (PIB) este ano. A projeção oficial foi reduzida para 0,5%.

Para diminuir o tamanho do contingenciamento (corte de despesas não obrigatórias), o governo reverteu desonerações e pretende contar com R\$ 10,1 bilhões dos leilões de usinas hidrelétricas autorizados pela Justiça nos últimos dias. O governo pretende arrecadar de R\$ 8 bilhões a R\$ 8,7 bilhões com a regulamentação dos precatórios (dívidas que a Justiça manda o governo pagar), mas Meirelles explicou que o volume só deverá ser incorporado ao Orçamento daqui a dois meses, no próximo Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas.

Na segunda-feira (27), a Advocacia-Geral da União (AGU) editou resolução que determina que os precatórios que não tiverem sido sacados nas contas judiciais há mais de dois anos e meio sejam devolvidos ao Tesouro Nacional. O dinheiro, informou

Meirelles, entrará no resultado primário do governo ainda este ano. Quando os precatórios forem liberados para a União, explicou Meirelles, o contingenciamento será reduzido para um intervalo entre R\$ 33,4 bilhões e R\$ 34,1 bilhões.

Já a devolução de concessões de hidrelétricas da Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig), recentemente julgadas pela Justiça, deve render R\$ 10,1 bilhões. Na semana passada, o ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal, concedeu liminar que mandou a Cemig devolver a concessão de uma hidrelétrica à União. Na terça-feira (28) e na quarta-feira (29), o Superior Tribunal de Justiça (STJ) determinou a devolução de outras usinas, o que também deve reforçar o caixa do governo.

Com o fim das concessões, o governo poderá leiloar novamente as usinas hidrelétricas. As estimativas de quanto a venda renderá ao governo foram feitas com base no preço médio do quilowatt-hora no último leilão de renovação de concessões de usinas, em 2015. (Agência Brasil)

INTERNACIONAL

Carta do Brexit dá início a um longo processo de negociação

Cumprindo a formalização prevista no Artigo 50 do Tratado de Lisboa, o embaixador britânico na União Europeia (UE), Tim Barrow, entregou uma carta ao presidente do Conselho Europeu, Donald Tusk, em Bruxelas na quarta-feira (29), dando início de fato ao processo conhecido como Brexit, que caracteriza a saída do Reino Unido do bloco.

Na legislação da UE, é o Artigo 50 que prevê a possibilidade de um estado-membro deixar a União Europeia e estabelece os mecanismos básicos para isso. A carta formalizando o desligamento foi assinada pela primeira-ministra britânica Theresa May e a partir de agora começa a contar o prazo de até dois anos de negociação entre as partes, estabelecido no Artigo 50.

"Esse é um momento histórico. Nós vamos tomar nossas próprias decisões e fazer nossas próprias leis. Vamos ter controle sobre o que é importante para nós", disse May, ao anunciar, para o Parlamento britânico a entrega da carta. Ela também disse estar determinada a conseguir uma parceria especial e profunda com a UE, ao mesmo tempo em que espera usar a oportunidade para forjar um papel ainda maior para "uma Grã-Bretanha global".

Direrizes

Nesta sexta-feira (31), Tusk deverá apresentar aos líderes europeus um esboço das diretrizes a serem adotadas na negociação sobre como a separação será feita. O objetivo dele será minimizar os custos para cidadãos e negócios europeus. A versão final dessas diretrizes será definida junto com os 27 países-membros da União Europeia, numa cúpula especial que acontecerá no dia 29 de abril, em Bruxelas.

O processo oficial de saída do Reino Unido do bloco europeu começa quase nove meses depois que 52% dos britânicos votaram a favor do Brexit, em junho passado. O acordo de separação precisará ser aprovado por 72% dos 27 países-membros, representando 65% da população, e ratificado pelo Parlamento Europeu - conforme regra do Artigo 50.

A Grã-Bretanha precisará agora transformar a legislação europeia em leis britânicas. O primeiro passo deve ser dado amanhã (30), quando Theresa May deverá publicar seus planos para o chamado "Grande Projeto de Revogação". Caberá ao Parlamento britânico determinar o que permanece e o que será descartado e criar outras legislações específicas para cobrir lacunas na legislação, num processo que deve durar até meados de 2018.

As negociações de fato entre UE e o governo britânico devem começar no fim de maio ou começo de junho do ano que vem.

Pontos-chave

Além dos termos de saída e suas implicações políticas, jurídicas e financeiras, estará em jogo qual será a relação entre a Grã-Bretanha e a União Europeia. Theresa May admitiu em seu discurso que o Brexit terá consequências para o país, principalmente em termos econômicos. "Nós sabemos que perderemos a influência sobre regras que afetam a economia europeia. Nós sabemos que empresas britânicas que fazem negócios com a UE terão que se alinhar com regras definidas por instituições das quais nós não faremos mais parte. E nós aceitamos isso", disse May.

Fora do mercado comum europeu, o governo britânico tem como um dos principais objetivos conseguir um bom acordo de livre comércio com o bloco.

Direitos

Outro ponto-chave são os direitos dos europeus vivendo na Grã-Bretanha e os de britânicos que moram nos outros países da União Europeia. Na carta dirigida ao Conselho Europeu, Theresa May diz que os cidadãos devem ser colocados em primeiro lugar e que os negociadores devem ter como objetivo conseguir um acordo sobre esses direitos o quanto antes.

De um lado e de outro, há um forte clima de incerteza, com britânicos que correm para conseguir cidadania de algum dos 27 países-membros e europeus que tentam garantir a residência na Grã-Bretanha - uma batalha burocrática que, muitas vezes, termina sem sucesso.

Analistas esperam um divórcio difícil e estimam que as negociações do Brexit poderão tomar mais do que dois anos. As negociações contadas só poderão ser estendidas se todos os países-membros da UE concordarem. Se até março de 2019 não houver acordo, nem extensão do prazo, a Grã-Bretanha deixará o bloco automaticamente.

Enquanto o governo britânico espera negociar os termos de saída e as relações bilaterais ao mesmo tempo, ao longo dos próximos dois anos, o Parlamento Europeu já sinalizou que essas futuras relações só poderão ser discutidas depois que o divórcio for concluído.

Na carta do Brexit, Theresa May dá a entender que, se não houver acordo comercial em dois anos, a cooperação na luta contra o crime e o terrorismo será enfraquecida - o que está sendo visto como uma "ameaça" à UE. "Num cenário como esse, tanto a Grã-Bretanha quanto a União Europeia lidarão com a mudança, mas é um resultado que nenhum dos dois lados espera. Por isso, nós devemos trabalhar duro para evitar esse resultado", diz o documento.

Caso não se chegue a um acordo comercial, a Grã-Bretanha terá que adotar as tarifas básicas da Organização Mundial do Comércio (OMC) dentro do mercado comum europeu, que são mais elevadas do que as atuais.

Independência da Escócia

Num desdobramento direto do Brexit, o Parlamento escocês votou na terça-feira (28) a favor da realização de um segundo referendo para promover a independência do país do Reino Unido, diante da perspectiva de que a região fique fora da União Europeia (UE), apesar de a maioria dos escoceses ter votado contra o "Brexit". (Agência Brasil)

Desemprego na Grande São Paulo sobe para 17,9% em fevereiro

A taxa de desemprego na região metropolitana de São Paulo passou de 17,1% em janeiro para 17,9% em fevereiro, a maior registrada para o mês desde 2005. Os dados foram divulgados pela Fundação Seade e pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese). Em fevereiro de 2016, o desemprego era de 14,7%.

O contingente de desempregados foi estimado em 1,9 milhão de pessoas, 99 mil a mais do que em janeiro. Houve redu-

ção do nível de ocupação, com eliminação de 39 mil postos de trabalho, o equivalente a 0,4% de queda. A População Economicamente Ativa (PEA) registrou alta de 0,5%, com 60 mil pessoas passando a fazer parte da força de trabalho.

O desemprego aberto, ou seja, pessoas que buscaram trabalho nos últimos 30 dias e não trabalharam nos últimos sete dias, variou de 14,1% para 14,8%. A taxa de desemprego oculto, que se refere a pessoas que fizeram trabalhos eventuais,

não remunerados em negócios de parentes e tentaram mudar de emprego nos últimos 30 dias ou que não buscaram emprego em 30 dias, variou de 3% para 3,1%.

Na comparação entre setores, a indústria de transformação eliminou 42 mil postos de trabalho em fevereiro, queda de 3,2% em relação a janeiro. Nos serviços, houve retração de 0,6%, ou 32 mil postos de trabalho. No mesmo período, o comércio e o setor de reparação de veículos automotores e mo-

tocicletas apresentaram alta de 2,2%, com 38 mil postos de trabalho cada. Na construção, foi registrado aumento de 1,2%, com 7 mil postos de trabalho.

O rendimento médio real no mês de janeiro (quando foi feita a última aferição do indicador) caiu 3,7% entre os ocupados e 3,9% entre os assalariados. Os salários médios foram de R\$ 1.974 para os ocupados e R\$ 2.032 para os assalariados da Grande São Paulo. (Agência Brasil)

Presidente dos Correios defende ampliação de serviços para manter estatal

O presidente dos Correios, Guilherme Campos, disse na quarta-feira (29) que a empresa precisa encontrar uma nova fórmula de sobrevivência para além dos serviços postais. Na avaliação de Campos, a estatal demorou a se preparar para as mudanças no mercado geradas pelo avanço tecnológico.

"No passado a comunicação entre as empresas, pessoas, instituições, era feita através da correspondência. É uma época que não existe mais. Hoje passamos por uma revolução tecnológica e esse impacto vem diretamente às empresas postais, no Brasil e no mundo. A grande diferença entre os correios brasileiro e os de outros países é que a percepção e a atuação para encarar essa nova realidade lá fora começou há muito mais tempo, há pelo menos dez anos. Aqui, esse movimento não ocorreu", disse Campos em audiência pública na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados.

Segundo Campos, outros países encontraram soluções como a oferta de serviços financeiros e a atuação em logística. Para o presidente da estatal brasileira, o caminho natu-

ral para os Correios é a migração para a logística de encomendas, em função do comércio eletrônico. "Os Correios estão focados firmemente nesse mercado."

Plano de saúde

Sobre as contas da instituição, Campos disse que o atual modelo de plano de saúde dos funcionários, que atende aos servidores, pais, cônjuges e dependentes, é inviável e não cabe no orçamento da estatal. Segundo ele, os Correios arcam com 93% do custo e os trabalhadores, com 7%. Em 2015, a empresa fechou o ano com prejuízo de R\$ 2,1 bilhões, sendo R\$ 1,6 bilhão causado, segundo Campos, pelo plano de saúde dos empregados.

"É impossível manter isso no orçamento da empresa. A direção não quer acabar com o plano, mas é preciso mudar. O plano de saúde dos funcionários dos Correios está matando dos Correios", segundo o presidente da estatal, mudanças no sistema de saúde dos servidores estão sendo negociadas com sindicatos da categoria. O ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Gilberto Kassab, disse que a será preciso fazer "cor-

tes radicais" de gastos nos Correios para evitar a privatização. Em dezembro do ano passado, o presidente da estatal já havia anunciado um plano de demissão voluntária para aliviar os cofres da empresa.

Banda larga

Na audiência pública de quarta-feira, Kassab confirmou que o primeiro satélite geostacionário brasileiro será lançado até o fim da primeira quinzena de abril, o que permitirá a cobertura de banda larga em 100% do território nacional.

"A banda larga vai alcançar qualquer distrito ou cidade do país, levando inclusão social e digital aos brasileiros. Além disso, o Ministério da Defesa terá banda larga para monitorar nossas fronteiras, além de haver disponibilidade para oferecer melhorias da qualidade dos serviços nos setores de educação e saúde", disse o ministro.

O Satélite Geostacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC) deveria ter sido enviado ao espaço na semana passada, mas uma greve geral na Guiana Francesa, de onde partiria o foguete, levou ao adiamento da operação. (Agência Brasil)

STF mantém base de cálculo da contribuição patronal para Previdência

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu na quarta-feira (29) manter a base de cálculo da contribuição patronal para a Previdência Social, valor equivalente a 20% do total das remunerações pagas aos trabalhadores de uma empresa. Eventual decisão contrária da Corte poderia causar impacto negativo de R\$ 250 bilhões ao governo federal.

Os ministros julgaram recurso de uma empresa de Santa Catarina, que contestou a base de cálculo da contribuição, feita a partir do total de rendimentos que compõem a folha de pagamento do empregado. Para a empresa, somente o salário do empregado deveria ser tributado.

Ao rejeitar o recurso, o STF entendeu que a legislação é clara ao definir que o pagamento do imposto incide sobre os ganhos habituais do trabalhador, como 13º salário e férias, por exemplo.

A decisão da Corte terá impacto em 7,5 mil processos que estavam parados em todo o Judiciário, aguardando a posição final do plenário. (Agência Brasil)

Se houver contingenciamento, será “episódico ou transitório”, diz Temer

Entidades denunciam que contrabando dá prejuízo de R\$ 130 bi ao Brasil

A Frente Parlamentar Mista de Combate ao Contrabando e à Falsificação e o Movimento Nacional em Defesa do Mercado Legal Brasileiro lançaram na quarta-feira (29) a campanha “O Brasil que nós queremos”, em parceria com o Ministério da Justiça. A meta é coibir a prática de contrabando no Brasil.

Segundo as entidades, em 2016, o mercado ilegal gerou perdas de R\$ 130 bilhões para o país, de perdas de setores produtivos, como tabaco e vestuário e sonegação de impostos. A campanha ocorre em conjunto com mais de 70 entidades empresariais e organizações da sociedade civil afetadas pelas práticas ilegais do contrabando.

O aumento dessas práticas decorre de uma combinação de fatores: aumento de impostos, crise econômica e fragilidade das fronteiras. Por isso, “atacar o contrabando é uma medida extremamente efetiva para a recuperação econômica e colaborar duramente para o fim do tráfico e do crime nas cidades”.

Para o presidente da Frente Parlamentar de Combate ao Contrabando e à Falsificação, deputado federal Efraim Filho (DEM/PB), combater o contrabando não significa unicamente coibir os vendedores ambulantes. “O combate ao contrabando se inicia nas fronteiras, com trabalho de inteligência, e avançando em um tripé importante: recursos humanos, financeiros e tecnológicos”, disse. Segundo ele, os custos de mais de R\$ 1 milhão por dia nas operações de fronteira são, na verdade, investimentos, já que a arrecadação cresce dez vezes mais depois disso.

Cultura condescendente
Além disso, segundo Efraim, é preciso combater a cultura condescendente da população com o contrabando. “As pessoas consideram um crime de menor potencial ofensivo porque a visão que temos é do vendedor de CD e DVD, ou de marcas de bolsas e roupas. Só que quando quebramos essa capa superficial, se vê algo que é extremamente agressivo e nocivo à sociedade, que deteriora o trabalho formal, financia o narcotráfico e gera risco à integridade e saúde do consumidor”, disse o deputado, referindo-se, por exemplo, a remédios, bebidas e brinquedos falsificados e contrabandeados.

O ministro da Justiça, Oscar Serraglio, assinou um protocolo de intenções com as principais medidas e ações para fiscalização e repressão ao contrabando. Entre os objetivos prioritários do termo estão identificar recursos financeiros para investimento em recursos humanos e tecnológicos; dar apoio técnico e operacional à execução do Plano Nacional de Fronteiras, com especial atenção às ações econômico-sociais e de fiscalização da fronteira entre Brasil e Paraguai; fomentar o debate internacional e legislativo; e sensibilizar a sociedade sobre os impactos da ilegalidade com

o objetivo de gerar mudança de consumo de produtos ilegais.

Para o coordenador do Movimento Nacional em Defesa do Mercado Legal Brasileiro, Edson Vismona, o protocolo assinado aponta os caminhos e onde estão os recursos para investimento em tecnologia e recursos humanos.

“Nós queremos que haja ações práticas, diagnósticos todos nós já temos. Sugerimos a criação de gabinetes de fronteira unindo os órgãos para que identifiquem nos milhares de inquéritos quem são os fornecedores, temos que qualificar a informação para que possamos ir à raiz de quem está operando esse comércio ilícito”, disse.

De acordo com o diretor da Associação Brasileira de Combate à Falsificação, Rodolpho Ramazzini, o setor que mais perde com o contrabando e a falsificação é o do cigarro, que registra prejuízos de R\$ 5 bilhões, seguido das auto peças, com R\$ 3 bilhões, além de outros segmentos. “O Brasil tem 16 mil quilômetros de fronteira com os países limítrofes, nos quais só temos 24 postos de fiscalização. Em todos os nossos portos não temos 3 mil agentes para realizar o desembaraço de contêineres. Qualquer coisa entra no Brasil. Os poucos fiscais que têm trabalham bem, apreendem bastante coisa, mas é muito pouco perto do que deveria ser feito para que tivesse concorrência mais leal no mercado”.

Ele destacou que a crise econômica e a alta dos tributos foram os fatores que contribuíram para o crescimento do consumo desse material, mas ressaltou que o consumidor perde duas vezes ao comprar produtos dessa origem. “No caso do cigarro, da bebida, da auto peça, do combustível, do remédio, do produto de higiene e limpeza, do produto cirúrgico hospitalar, além do prejuízo financeiro para o governo e indústria, esses produtos sempre vão causar danos para a saúde ou para a segurança do consumidor porque são feitos com matéria-prima de péssima qualidade e sem controle sanitário.”

Mobilizações durante todo o dia

Na quarta-feira, foi realizado um mutirão de destruição de produtos contrabandeados apreendidos pela Receita Federal, em São Paulo e em Foz de Iguaçu. Mais de 12 toneladas de cigarros devem ser destruídas ao longo do dia.

Como parte das atividades da campanha, as entidades também apresentam até o dia 31 de março, no Congresso Nacional, a miniposição “Cidade do Contrabando”, que simula as benfeitorias possíveis se o contrabando e o comércio de produtos ilegais fossem extintos.

Segundo a entidade, com R\$ 130 bilhões, seria possível construir mais de mil hospitais, ou 65 mil creches ou 1,36 milhão de casas populares, ou ainda 25 mil escolas públicas. (Agência Brasil)

O presidente Michel Temer disse na quarta-feira (29) que o governo pode anunciar algum contingenciamento de gastos, mas que, se for o caso, será algo “episódico ou transitório”, com o objetivo de garantir que o país cumpra as responsabilidades fiscais assumidas. Em discurso durante a abertura da 10ª conferência do Bank of America Merrill Lynch, em São Paulo, Temer disse que a economia “ainda não decolou por inteiro”, mas que já começou a decolar.

“Vez ou outra os senhores veem notícias de que talvez haja necessidade de um certo contingenciamento, uma ou outra medida que seja necessária. Ela pas-

sa a ser, digamos assim, episódica e transitória para, logo depois, nós eliminarmos o contingenciamento, ou outro gravame qualquer que tenhamos que colocar no lugar para manter esse ritmo da responsabilidade fiscal”, disse o presidente.

Segundo o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, o contingenciamento consiste no “retardamento ou ainda na inexecução de parte da programação de despesa prevista na Lei Orçamentária em função da insuficiência de receitas”.

Grau de investimento

Para o presidente da República, foi graças à preocupação do governo com a responsabilidade fiscal que houve uma melhora no grau de investimento do Brasil pelas agências de avaliação de risco, a partir da “crença, da credibilidade e da confiança” dos investidores. Há duas semanas, a agência de classificação Moody’s melhorou de negativa para estável a perspectiva negativa para a nota do Brasil. O país no entanto, ainda está dois níveis abaixo do grau de investimento. “A pontuação para o grau de investimento era de 370 pontos negativos e hoje está 275 pontos negativos. Quando chegamos a 240 ou

menos de 240, nós vamos readquirir por inteiro o grau de investimento que tínhamos perdido”, disse Temer.

Ele finalizou seu discurso pedindo aos presentes no evento que invistam e colaborem com o Brasil. “Divulguem o governo aqui no Brasil e no exterior para que os jornais americanos, a imprensa americana, a população americana, o investidor americano e de outros países saibam que essas medidas todas que nós estamos promovendo, de responsabilidade fiscal de um lado, e social de outro lado, colocaram o Brasil no rumo certo”. (Agência Brasil)

Justiça determina que governo do Rio repasse R\$ 92 milhões ao Ministério Público

O Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro concedeu mandado de segurança em favor do Ministério Público do estado na quarta-feira (29) determinando que o governador Luiz Fernando Pezão repasse o duodécimo constitucional referente ao pagamento de março dos servidores do órgão. A decisão é referente à parcela do orçamento que chega a R\$ 92 milhões.

A medida foi determinada pelo desembargador José Roberto Távora, do Órgão Especial do Tribunal de Justiça. Na decisão, o magistrado alerta que “a pendência criada pelo governo do estado fere a Constituição Federal, que assegura a autonomia dos poderes”.

Judiciário

O presidente do Tribunal de

Justiça do Estado do Rio de Janeiro, desembargador Milton Fernandes de Souza, comunicou na segunda-feira (27) ao Supremo Tribunal Federal (STF) o descumprimento pelo governo do estado do acordo que determina o repasse, até o dia 20 de cada mês, dos valores referentes à folha de pagamento do Judiciário.

Na petição, o Tribunal de

Justiça pede o arresto imediato de R\$ 275 milhões necessários ao pagamento da folha de março. O consórcio é formado pelo STF e o descumprimento pelo governo do estado do acordo que determina o repasse, até o dia 20 de cada mês, dos valores referentes à folha de pagamento do Judiciário. (Agência Brasil)

Comissão da Câmara aprova auditoria nos recursos da Hidrelétrica de Belo Monte

A Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados aprovou na quarta-feira (29) uma proposta de auditoria nos recursos usados na construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, na bacia do Rio Xingu, perto do município de Altamira, no Pará. A auditoria deve ser feita com auxílio do Tribunal de Contas da União (TCU).

Caberá ao TCU realizar os procedimentos de auditoria nos atos, contratos e recursos públicos aplicados na construção da usina, de acordo com a proposta. Os documentos resultantes do processo de auditoria financeira, contábil e orçamentária deverão ser encaminhados para o colegiado que poderá, a partir das conclusões, deliberar outras medidas.

O relator da proposta, deputado Altineu Côrtes (PMDB-RJ), justificou a auditoria devido ao fato de que sete das 10 empreiteiras que fazem parte do consórcio Belo Monte são investigadas na Operação Lava Jato pelo desvio de recursos para o pagamento de propina.

Segundo o relatório aprovado, os contratos para a construção da usina com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), totalizam cerca de R\$ 22,5 bilhões. “Difícil supor que essas empreiteiras, em um ambiente generalizado de corrupção, não tenham cometido atos ilícitos de desvios de recursos públicos da construção da Hidrelétrica de Belo Monte”, justificou.

O autor do pedido de auditoria, deputado Arnaldo Jordy (PPS-PA), alegou que a Norte Energia, consórcio que adminis-

tra o empreendimento, recebeu do BNDES mais de 70% do total financiado da usina. “O montante de recursos públicos aplicados em Belo Monte, com todos esses indícios de corrupção, assusta”, apontou Jordy.

O consórcio é formado pelos seguintes acionistas: Eletrobrás, Chesf, Eletronorte, Petros, Funcef, Grupo Neoenergia, Cemig, Light, J. Malucelli Energia, Vale e Sinobras. A Eletrobrás, empresa pública, também participou com 49,98% do empreendimento. (Agência Brasil)

Condução coercitiva de Picciani divide Alerj; manifestantes festejam com bolo

A condução coercitiva do presidente da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj), Jorge Picciani (PMDB), para depor na Polícia Federal (PF) foi o tema dominante nos discursos dos deputados estaduais na sessão de quarta-feira na assembleia. O parlamentar foi levado coercitivamente, na quarta-feira (29), para depor na PF juntamente com cinco conselheiros do Tribunal de Contas do Estado (TCE), presos provisoriamente na Operação Quinto do Ouro.

A operação que investiga esquema de pagamentos de vantagens indevidas relacionadas a contratos com órgãos públicos para agentes do Estado, em especial membros do TCE-RJ e da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj).

Alerj

Em nota, os deputados do PSOL defenderam o afastamento das investigações sobre o caso. A bancada também defendeu a escolha dos conselheiros do TCE com base em critérios técnicos. “Diante deste cenário, a bancada do PSOL entende que a presidência da Casa deve ser exercida por quem tenha isenção e condições de julgar as contas do Executivo, encaminhar o impeachment do governador Luiz Fernando Pezão e de propor soluções que viabilizem o pagamento dos servidores estaduais”, diz a nota.

O TCE é um órgão auxiliar da Alerj, cujos conselheiros são indicados pelos próprios deputados.

Deputados de outras legendas não apoiam a iniciativa e argumentam que o afastamento de

Picciani seria uma forma de prejulgar.

Para a deputada Zeidan (PT), é preciso evitar a espetacularização das ações da PF e dar a Picciani o direito de primeiro se defender. “O presidente vai responder, é um período de investigação, não de condenação. Eu não defendo a condenação de ninguém aqui na Casa sem a condenação pelo Poder Judiciário. Ele foi convidado a prestar depoimento e não foi ainda julgado”, disse Zeidan.

Para o deputado Luiz Paulo (PSDB), ainda é cedo para emitir uma opinião, pois não se conhecem as circunstâncias que levaram à condução coercitiva de Picciani à PF. Porém, destacou Luiz Paulo, o fato arranha a imagem da Alerj perante a sociedade. “Todos são responsáveis pelos seus atos e por eles devem responder. Mas é claro que tudo o que aconteceu hoje é muito negativo. Tudo o que acontece com qualquer parlamentar, principalmente o presidente, afeta a imagem do Parlamento. Por isso, é necessário que se saibam as motivações, para que se tenha consciência do que de fato está acontecendo. Não há nada nesta casa que não possa vir à debater”, disse o deputado.

A assessoria da Alerj informou que Picciani irá para a assembleia hoje (30) e presidirá a sessão, quando fará um pronunciamento na tribuna.

Manifestação

Do lado de fora da Alerj, servidores soltaram dezenas de rjões e levaram um bolo de mais de 1 metro para festejar a prisão dos cinco conselheiros do Tribunal de Contas do Estado (TCE)

e a condução coercitiva de Picciani. O ato foi organizado pelo Movimento Unificado dos Servidores Públicos do Estado, que reúne vários sindicatos.

De acordo com o diretor-geral do Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário (Sind-Justiça), Ramon Carro, durante o governo de Sérgio Cabral, que está preso, acusado de chefiar uma quadrilha que desviou milhares de reais de obras do estado -, a omissão das instituições públicas diante da corrupção empurrou o estado para a crise. Agora, com as investigações e prisões, Carro acredita que é possível retomar a legalidade.

“Vimos a Justiça reparar o dinheiro desviado pela organização criminosa liderada por Sérgio Cabral, cerca de R\$ 250 milhões que foi usado para pagar o 13º salário de aposentados e a agora a prisão de cinco de sete conselheiros do TCE”, destacou.

O movimento também defende o afastamento de Picciani, a abertura de processo de impeachment do governador Luiz Fernando Pezão e a revisão das contas de anos anteriores. “Os conselheiros aí não tem legitimidade, não tem moral, não tem honestidade para julgar as contas do governador, que pertence ao mesmo partido (PMDB) do líder da organização criminosa, Sérgio Cabral. Essas contas não podem ser aprovadas”.

O deputado estadual Marcelo Freixo (PSOL), que esteve no protesto, afirmou que os esquemas de corrupção dos governos Cabral tinham aval do TCE e citou como exemplo os contratos

de transportes, argumentando que os serviços não são compatíveis com o valor das passagens.

“Boa parte desses conselheiros são ex-deputados, chefes de gabinete de Cabral, são pessoas vinculadas ao Legislativo, que há muito tempo deixou de ser uma Casa fiscalizadora e passou a ser um espaço de negociação do próprio governo [que tem maioria]”, disse Freixo.

Conforme investigações da PF, os conselheiros são suspeitos de obter vantagens indevidas sobre o saldo excedente dos bilhetes eletrônicos de passagem, o RioCard, cujos valores são depositados pelos usuários antecipadamente, e de receber valores indevidos por autorizar o uso de recursos do tribunal para quitar contratos atrasados do governo do estado.

TCE

Em nota, o Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE-RJ) informou que a sessão plenária prevista para hoje (30) foi suspensa por falta de quórum. A decisão está embasada e prevista na Lei Complementar nº 63/90 e no regimento interno do TCE-RJ, que exigem a presença mínima de quatro conselheiros para a realização das sessões. A Procuradoria-Geral do Tribunal de Contas estuda juridicamente mecanismos legais para o retorno das sessões plenárias.

Na Operação Quinto do Ouro, deflagrada na quarta-feira, cinco dos sete conselheiros do tribunal foram presos provisoriamente. Apenas a corregedora, Marianna Montebello, não é alvo da investigação. (Agência Brasil)

CNA defende juros menores para estímulo ao setor agrícola

Em meio à crise fiscal que levou o governo federal a apresentar projetos considerados impopulares para aumentar a arrecadação e reduzir os impactos dos cortes que serão feitos no orçamento, a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) tenta obter um aumento de 13,5% dos recursos públicos destinados a operações de custeio e comercialização da safra 2017/2018, que começa no dia 1º de julho.

As propostas da entidade para o Plano Agrícola e Pecuário (PAP) 2017/2018, o Plano Safra, foram entregues na terça-feira (28) ao ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Blairo Maggi. Na véspera, representantes da confederação tinham apresentado as prioridades do setor produtivo durante um seminário promovido pela Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), na Câmara dos Deputados, em Brasília.

Além do aumento de 13,5% sobre os atuais R\$ 32,5 bilhões, o que elevaria para R\$ 39,7 bilhões o montante destinado a investimentos, a CNA também reivindica a redução dos juros

cobrados do produtor que toma empréstimos. A entidade propõe que a taxa para agricultores empresariais baixe de 9,5% para 6,5% e, para médios produtores, de 8,5% para 5,5%. Segundo a CNA, a redução dos juros estimulará os produtores a acessar os recursos necessários e disponíveis para investimentos.

Prioridades

De acordo com o vice-presidente diretor da CNA, José Mário Schreiner, produtores de todas as regiões do país também manifestaram à entidade expectativas em relação ao maior estímulo público à construção de armazéns. Schreiner destacou a importância de se estimular o Programa para Construção e Ampliação de Armazéns, porque existe no Brasil um problema logístico, de infraestrutura, que não será resolvido em curto prazo.

"A construção de armazéns dará aos produtores possibilidade de armazenar a produção e escoá-la durante o ano", disse Schreiner, após se reunir com o ministro Blairo Maggi. Para a CNA, Plano Safra deve manter

o mesmo volume de recursos disponibilizados à safra anterior, R\$ 1,4 bilhão, mas com redução das taxas de juros.

Outra prioridade para a CNA é o Programa Agrícola de Baixo Carbono, que, segundo Schreiner, é um importante estímulo para que os produtores rurais recuperem áreas degradadas e as reintegrem à área produtiva. A sugestão é aumentar o volume de recursos de R\$ 2,99 bilhões para R\$ 5 bilhões, reduzindo a taxa de juros dos financiamentos.

"É claro que essas propostas dependem da negociação, principalmente com a área econômica do governo federal. Acredito que estamos no caminho certo e é preciso saber o tamanho do apoio que queremos do governo para que o setor continue dando as respostas de que o Brasil precisa", ponderou Schreiner. Schreiner disse que o ministro da Agricultura mostrou-se receptivo às sugestões e demonstrou otimismo, apesar de recentes manifestações oficiais quanto à inviabilidade de redução dos juros e ampliação

de recursos disponíveis.

A área econômica é muito atenta à questão de juros, mas é importante olharmos que a tendência é de baixa na inflação. Portanto, é importante melhorarmos as taxas de juros para o setor agropecuário", acrescentou o vice-presidente da CNA. "A equipe econômica não pode olhar só a questão monetária, o ajuste fiscal, o limite de gastos. Essa discussão sobre o que significa a produção agropecuária do Brasil deve ser discutida de forma mais abrangente e ultrapassa a vontade da equipe econômica", afirmou Schreiner.

O valor do crédito do Ministério da Agricultura informou que, entre julho de 2016 e fevereiro deste ano, a contratação de crédito rural aumentou 3,7% em comparação com o período anterior, atingindo R\$ 87 bilhões. O valor equivale a 47% dos R\$ 183,85 bilhões estimados para o Plano Agrícola e Pecuário do último biênio (2016/2017). Cerca de R\$ 70,67 bilhões foram destinados ao custeio e à comercialização da produção e R\$ 16,3 bilhões a investimentos. (Agência Brasil)

Nova regra prevê multa de até R\$ 500 mil a empresa com irregularidade sanitária

O ministro da Agricultura, Blairo Maggi, disse na terça-feira (28) que a atualização do Regulamento da Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal (Riispoa) torna as regras mais claras e tira a "discricionariedade" dos fiscais na interpretação da lei. O novo regulamento prevê a possibilidade de multa de até R\$ 500 mil para as empresas com irregularidades, antes o valor máximo era R\$ 15 mil, e substitui a norma anterior, em vigor desde 1952. O Riispoa engloba a inspeção de todos os tipos de carnes (bovina, suína e de aves), leite, pescado, ovos e mel. "Estamos procurando deixar claro que a lei deve ser seguida e a lei está muito clara. Fica tudo mais previsível, transparente e que as pessoas possam olhar e entender o que está escrito", disse Maggi.

O ministro negou que a assinatura do decreto de atualização do Riispoa tenha sido acelerada como forma de dar uma resposta ao mercado em virtude do impacto negativo da Operação Carne Fraca, da Polícia Federal. "Nenhum dos itens foi colocado agora ou surgiram neste momento. Tudo estava previsto. É um assunto que vem de algum tempo, com centenas de pessoas envolvidas. Construímos um regulamento que reflete a década, o ano de 2017, e não 65 anos atrás, quando ele foi construído".

Entre as mudanças do novo regulamento, está a redefinição das sanções com penalidades, que vão de leve, moderada, grave até gravíssima. Nos casos graves e gravíssimos, poderá ser feita a interdição do estabelecimento e a cassação do registro de funcionamento. Como disse o ministro, a empresa não poderá mais atuar no mercado.

"Acho importante deixar claro o endurecimento que vamos ter. Três penalidades significam perder o SIF [Serviço de Inspeção Federal], ou seja, perder a empresa. Ele não perde o bem, mas perde atuação

econômica. Uma penalidade dessa vai fazer com que todos nós da indústria tenhamos um pensamento diferente", disse Maggi. Além disso, o novo regulamento estabelece a obrigatoriedade da renovação da rotulagem dos produtos de origem animal a cada dez anos e determina sete tipos de carimbos do Serviço de Inspeção Federal (SIF).

Menos artigos

Com a atualização, o regulamento passa a ter 542 artigos, quase a metade dos 952 artigos da norma editada em 29 de março de 1952 e que estava em vigor.

Pela nova regra, a inspeção deverá ser baseada "em conceitos mais modernos", como também será possível a utilização de ferramentas de controle de qualidade de produtos mais atualizadas, como a Análise de Risco e Pontos Críticos de Controle (APCC) (a mesma ferramenta utilizada pela NASA para controlar a inocuidade dos alimentos dos astronautas em missões espaciais).

O Riispoa atualizado estabelece quando e em que tipo de estabelecimento será instalada — em caráter permanente — a inspeção de produtos de origem animal. A nova regra traz ainda novos conceitos de inspeção *ante mortem* e *post mortem*. Simplifica, racionaliza e moderniza o processo de avaliação das rotulagens dos produtos de origem animal, possibilitando a informatização, o envio de informações sobre rotulagem de produtos, agilizando as respostas do Ministério da Agricultura.

A nova norma redefine os modelos dos carimbos na tentativa de facilitar o entendimento das marcas para o consumidor. De acordo com o Ministério da Agricultura, atualmente existem 18 diferentes modelos de carimbos regulamentados e o novo Riispoa reduz esse número para sete modelos. (Agência Brasil)

Julgamento da chapa Dilma-Temer tem duração imprevisível, dizem ministros do TSE

O presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Gilmar Mendes, afirmou na quarta-feira (29) não ser possível prever a duração do julgamento da ação que pede a cassação da chapa Dilma-Temer, vencedora da eleição presidencial de 2014.

"Não dá, não sabemos quando incidentes vamos ter", disse Mendes, ao ser questionado sobre quanto tempo duraria o julgamento da chapa Dilma-Temer, vencedora da eleição presidencial de 2014.

"Não dá, não sabemos quando incidentes vamos ter", disse Mendes, ao ser questionado sobre quanto tempo duraria o julgamento da chapa Dilma-Temer, vencedora da eleição presidencial de 2014.

O ministro Luiz Fux respondeu na mesma linha ao ser perguntado se o julgamento deve se encerrar na semana que vem. "Vai depender do poder de síntese e de esclarecimento do relator [Herman Benjamin], que é um excelente relator", acrescentou.

A ministra Rosa Weber, que junto com Mendes e Fux completa a tríade de ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) que integram também o TSE, disse já ter iniciado a leitura das 1.082 páginas do relatório final da ação, elaborado pelo ministro Herman Benjamin. O documento é mantido sob sigilo.

Preliminares

Na terça-feira (28), Gilmar Mendes convocou para a ses-

são que vem duas sessões extraordinárias do TSE somente para apreciar a ação. O julgamento terá início na manhã de terça-feira e tem reservado outras três sessões, até a quinta-feira à noite.

Entretanto, o presidente do TSE afirmou que, logo na abertura dos trabalhos, o plenário terá que examinar uma série de questões preliminares interpostas pelas defesas de Dilma Rousseff e de Michel Temer. Ambas solicitaram mais prazo para a defesa de Dilma Rousseff, em especial aquelas relacionadas aos depoimentos de ex-executivos da empreiteira Odebrecht, que prestaram esclarecimentos a Benjamin somente no estágio final da fase de instrução.

A duração do julgamento pode ser crucial para o desfecho da ação, uma vez que dois dos atuais membros do TSE estão próximos de encerrar seus mandatos no Corte: o ministro Henrique Neves, em 16 de abril, e a ministra Luciana Lóssio, em 5 de maio. Eles serão substituídos por juristas nomeados por Temer, a partir de uma lista tripartite encaminhada pelo STF.

Mendes confirmou que, independentemente do resultado do julgamento, o STF deve receber recursos da ação. Ele não

quis responder, no entanto, se o recurso teria efeito suspensivo sobre a decisão do TSE. "Tem muita discussão de provas. Temos que esperar tudo isso", disse.

Cassação e inelegibilidade

As contas da campanha de Dilma Rousseff e Michel Temer foram aprovadas por unanimidade pelo TSE, embora com ressalvas, em dezembro de 2014. No entanto, o processo foi reaberto após o PSDB apontar o possível recebimento, pela chapa vencedora, de recursos do esquema de corrupção investigado na Lava Jato.

Em caso de condenação, o processo pode resultar na inelegibilidade de Dilma Rousseff e de Michel Temer, que pode ainda ser afastado da Presidência da República. Isso porque a jurisprudência do TSE prevê que a prestação contábil de presidentes e vice-presidentes em conjunto, embora os ministros possam decidir julgar em separado.

Na hipótese de o TSE decidir que Temer deve deixar a presidência, será preciso enfrentar ainda questionamentos a respeito de qual procedimento ocorrerá em seguida.

No caso de vacância do car-

go de presidente nos dois anos anteriores à eleição, a Constituição prevê a realização de uma eleição indireta pelo Congresso Nacional dentro de 30 dias. Na reforma eleitoral de 2015, no entanto, o Congresso inseriu no Código Eleitoral a previsão de eleições diretas em até seis meses antes do próximo pleito, caso a vacância se dê em decorrência da cassação de mandato.

A reforma do Código Eleitoral teve sua constitucionalidade contestada pela Procuradoria-Geral da República (PGR) no STF, mas o caso ainda não foi pautado para ser julgado em plenário.

Defesas

A campanha de Dilma nega qualquer irregularidade, e os advogados sustentam que todo o processo de contratação das empresas e de distribuição dos produtos foi documentado e monitorado. A defesa da ex-presidente também afirma que todos os recursos recebidos foram declarados.

A defesa do presidente Michel Temer sustentou no TSE que a campanha eleitoral do PMDB não tem relação com os pagamentos suspeitos ou com o recebimento de recursos não declarados. (Agência Brasil)

Governadores do Nordeste debatem criação de empregos e reforma da Previdência

Seis dos nove governadores do Nordeste se reuniram na manhã de quarta-feira (29) em Fortaleza para debater assuntos comuns entre os estados. Como prioridade, o Encontro de Governadores do Nordeste listou a retomada da criação de empregos por meio do aumento da capacidade de investimentos e a reforma da Previdência.

Segundo o governador do Ceará, Camilo Santana, há dificuldades tanto na renegociação de dívidas com a União como na liberação de empréstimos junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Santana explica que as dívidas do Nordeste e do Norte correspondem a 6% de toda a dívida pública com a União e que, após a sanção da lei complementar que trata da renegociação, os estados ain-

da não foram beneficiados. Todas as demandas relacionadas pelos governadores serão tratadas em audiências com o presidente da República, Michel Temer, e com a presidente do Superior Tribunal Federal, ministra Cármen Lúcia.

Os governos do Maranhão e da Bahia não participaram do evento. O governador de Sergipe foi representado pelo vice-governador Belivaldo Chagas Silva.

Empréstimos

Santana falou da dificuldade de liberação de empréstimos federais que foram autorizados em 2016. "No ano passado, o governo definiu um teto de valor e repartiu entre cada estado da federação. Esses empréstimos visam ajudar na retomada do crescimento, na recuperação da economia, na

contratação de obras, na geração de emprego — que são o grande desafio do país". Os governadores também pedem a garantia dos convênios e das obras atuais, especialmente as que são voltadas para a segurança hídrica, diante da seca que o Nordeste enfrenta há cinco anos. Ainda sobre esse assunto, eles querem a liberação do Bolsa-Estágio e a renegociação ou suspensão das dívidas dos agricultores com bancos federais.

Previdência

Outro ponto unânime do Encontro dos Governadores do Nordeste foi a posição contrária à proposta de reforma da Previdência, que tramita no Congresso Nacional, especialmente no que se refere à população rural e às mulheres. Os gestores também lamentaram a falta de

diálogo com os estados na contratação da proposta.

Os governadores não foram convidados para conversar nem no início do processo nem até agora. A gente entende que, como qualquer tema de relevância, é muito importante o diálogo. É uma reforma necessária, mas precisa ser feita com muita discussão e estamos à disposição do governo federal para ver caminhos em que possamos ajudar", disse o governador de Pernambuco, Paulo Câmara.

Para o governador do Piauí, Wellington Dias, a criação de empregos é proporcional à queda do déficit da Previdência. "O centro do nosso debate são medidas para os estados, junto com a União, municípios e setor privado, possam fazer o país crescer, gerar emprego. (Agência Brasil)

Reforma da Previdência pode aumentar desemprego, diz ex-presidente do Ipea

O economista Márcio Pochmann, professor da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e ex-presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) afirmou na quarta-feira (29) que as mudanças no sistema de aposentadorias propostas pelo governo podem elevar o desemprego e diminuir a arrecadação previdenciária do país.

Segundo ele, a partir da Constituição de 1988, o Brasil adotou um sistema de seguridade social mais amplo do que o que vigorava até então com o extinto Instituto Nacional da Previdência Social (INPS), criado durante a ditadura militar. Pochmann foi um dos convidados de uma série de audiências públicas organizadas pela comissão especial da Câmara dos Deputados para análise da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 287/2016, sobre a reforma da Previdência.

Para o economista, a diminuição da proteção previdenciária aumentaria a disputa por vagas no mercado de trabalho. "As pessoas tenderão a buscar no mercado de trabalho o recurso que não terão do sistema de seguridade. Isso significa mais pessoas disputando as mesmas vagas, o que reduziria a produtividade e o salário. A queda nas taxas de salário repercuta na contribuição à Previdência, que pode perder entre 7% e 9% da sua arrecadação", estimou.

Para o economista, a reforma da Previdência apre-

sentada pelo governo faria com que o sistema de seguridade social retrocedesse ao antigo modelo. "A Previdência [da forma como é hoje] é a primeira experiência de alguma proteção às pessoas que não conseguiram viver no mercado de trabalho, sejam deficientes, idosos ou outros."

Última audiência

Pochmann foi convidado pelos deputados da oposição, que são contra a PEC da Previdência. Nesta quinta-feira (30) o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, falará pelo governo para defender a necessidade da reforma. Com a participação do ministro, estará encerrada a fase de audiências públicas na comissão especial.

A reforma previdenciária proposta pelo governo estabelece idade mínima de 65 anos e tempo mínimo de contribuição de 25 anos para que homens e mulheres se aposentem. Esses requisitos variariam também para o trabalhador rural, que passaria a ser obrigado a comprovar contribuição previdenciária individual, caso a reforma seja aprovada.

A proposta também muda as regras para receber o Benefício de Prestação Continuada (BPC), destinado a deficientes e idosos de baixa renda. Com a reforma, o BPC é desvinculado do salário-mínimo e a idade mínima para pleiteá-lo passa dos atuais 65 anos para 70 anos. (Agência Brasil)

Três ralis da Mitsubishi Motors serão disputados simultaneamente

No próximo sábado, dia 1º de abril, o Autódromo Velo Città, em Mogi Guaçu (SP), será palco de uma grande festa off-road: a abertura da temporada 2017 de ralis da Mitsubishi. Serão três provas simultâneas: o rali de regularidade Mitsubishi Motorsports, o rali de aventura e tarefas Mitsubishi Outdoor, e o rali cross-country de velocidade Mitsubishi Cup, que terá uma disputa inédita de rallycross.

Mitsubishi Cup estreia prova de rallycross - A Mitsubishi Cup é o mais tradicional campeonato de rali cross-country do País. Os carros são preparados pela Mitsubishi Motors, única montadora na América Latina que tem uma linha de produção de veículos de corrida. São cinco categorias em disputa: Pajero TR4 ER, ASX, RS, L200 Triton ER, L200 Triton ER Master e L200 Triton Sport RS.

Pela manhã, as duplas enfrentarão duas provas com cerca de 30 quilômetros em meio a canaviais, com piso escorregadio e poeira, e alguns saltos. Para finalizar a etapa, irão disputar o rallycross, uma competição inédita que mescla terra e asfalto da pista do autódromo, com muita velocidade e "pegas" emocionantes.

Mitsubishi Motorsports, o rali de regularidade
Na prova de regularidade, as



Desafios off-road empolgam nos ralis da Mitsubishi Motors

duplas, formadas por pilotos e navegadores, têm que cumprir o trajeto definido pela organização com o objetivo de manter-se dentro do tempo e velocidade estipulados. A prova passará por trechos de reforçamento e canaviais no entorno do autódromo, e estradas viciniais com um belo visual. O ponto neutro será na cidade de Estiva Gerbi. Na segunda metade da prova, os competidores terão trechos com areia, um desafio à mais para os veículos 4x4.

São quatro categorias: Turismo Light, para quem está começando ou não tem nenhuma experiência; Turismo, para quem tem experiência intermediária; Graduados, para quem já corre há mui-

tos anos, e a Master, que reúne os melhores colocados da Graduação do ano anterior. Podem participar os modelos 4x4 das linhas L200, Pajero e ASX, de qualquer ano e modelo.

Aventura e estratégia no Mitsubishi Outdoor - O rali Mitsubishi Outdoor mistura a experiência 4x4 a bordo dos veículos da marca com atividades esportivas e culturais. Cada prova é diferente e pode ser feita a partir dos 10 anos de idade. As equipes são compostas por dois carros e até 10 pessoas.

Na etapa de Mogi Guaçu, os participantes irão explorar uma região com relevo bem aparente, com lagos, rios, cachoeiras e tre-

chos com vegetação nativa e diversificada. Algumas serras serão cruzadas por pequenas estradas e caminhos escondidos, ou seja, cenário perfeito para começar a temporada. Durante todo o ano, a prova terá várias atividades utilizando aplicativos em smartphones, mas sem perder o contato com as provas esportivas e culturais de cada local.

Para esta etapa, os itens opcionais pedidos pela organização são mountain-bike, capacete e binóculos, o que já dá uma pista das provas que as equipes irão enfrentar. No Mitsubishi Outdoor, podem participar os modelos 4x4 das linhas L200, Pajero, ASX e Outlander. Veja como funciona o Mitsubishi Outdoor: <https://youtu.be/4ogQWQw7UK>.

No Mitsubishi Motorsports e Mitsubishi Outdoor não há taxa de inscrição e cada carro faz a doação de uma cesta básica de alimentos e seis itens de higiene, que são encaminhados a instituições assistenciais das cidades por onde passa o rali. Na sexta-feira à noite, véspera da competição, os participantes confirmam sua inscrição, adeusam o carro e participam do briefing, com dicas sobre a prova e aula de navegação para os novatos. No sábado acontece a largada pela manhã. Na chegada, há um grande almoço de confraternização e a festa de premiação para os melhores duplas.

Stock Car

Full Time Bassani tem Diego Nunes e Betinho Valério no grid

Parceria comercial entre Maurício Ferreira e Eduardo Bassani forma novo time na principal categoria de automobilismo nacional



Diego Nunes na Full Time Bassani

Neste domingo (02) acontece a primeira etapa da temporada 2017 da Stock Car. A principal categoria de automobilismo nacional tem uma equipe nova de formação, porém com um grande histórico no esporte a motor, a Full Time Bassani. Trata-se de uma parceria comercial entre os chefes de equipe Maurício Ferreira (Full Time Sports) e Eduardo Bassani (Bassani Racing) que na otimização de custos, passam a compartilhar ideias e ideias.

A formação da Full Time Bassani, que tem Eduardo Bassani como chefe de equipe, chega em Goiânia, casa da primeira etapa da temporada com Diego Nunes e Betinho Valério no grid. Diego Nunes trabalhou com Bassani na temporada passada, a qual ficou na sétima posição na tabela geral do campeonato. Seu companheiro de equipe é Betinho Valério, que retorna ao grid da Stock Car, onde correu na temporada 2011 com a Full Time Bassani.

Diego Nunes: "Estou muito feliz em estarmos juntos nesse ano na Full Time Bassani. Ao passado tivemos ótimos resultados com vitórias e pódios e vamos seguir buscando esses resultados em 2017, agora com um time ainda mais forte e com troca de informações importantes. Agradeço a toda a equipe por confiar no meu trabalho e, principalmente, aos meus patrocinadores: Harald Chocolotes, Vigor e Petronas por estarem comigo nesse ano. Não vejo a hora de iniciarmos os trabalhos nesta quinta-feira em Goiânia."

Betinho Valério: "Estou muito feliz em voltar a competir na Stock Car, principal categoria do automobilismo brasileiro. Tenho que agradecer muito a FS por respeitar minha história e acreditar no meu potencial, e principalmente ao parceiro Alberto Leite que no ano passado me trouxe de volta ao automobilismo com o convite para correr a Porsche Endurance ao seu lado. Também gostaria de agradecer ao Maurício Ferreira, Eduardo Bassani e a todos da Full Time Bassani pela confiança de me entregarem um dos seus carros, que certamente será muito competitivo. Estou imensamente honrado de poder fazer parte de umas das principais equipes do grid. Venho trabalhando intensamente desde o ano passado, onde as primeiras negociações surgiram e estou pronto para voltar às pistas. Há muito tempo espero essa oportunidade e estou ansioso para acelerar o Stockao novamente."

Kartismo

Alberto Cesar Otazú e Zeppe Corsi empatam na liderança do GPCKA

O GP Circuito Amador de Kart está mais competitivo do que nunca. Após a segunda etapa o certame está empatado com Giuseppe Corsi e Alberto Cesar Otazú (Braspress/Pilotech/BraClean/Alpie) na liderança, ambos com 67 pontos. "Zeppe" Corsi fez o "hat trick" (pole position, volta mais rápida e vitória) no último domingo no Kartódromo Internacional Granja Viana, repetindo o feito de Alberto Cesar na prova de abertura em Interlagos.

Giuseppe Corsi estabeleceu a pole position com o tempo de 57s772, liderou de ponta a ponta, e ainda estabeleceu a volta mais rápida com a marca de 57s755. Já Alberto Cesar largou em quinto e participou de duras disputas para assumir a segunda colocação.

Entre as equipes, a atual vice-campeã DCKS assumiu a liderança com 115 pontos, após a vi-

tória de Corsi e o quinto lugar de Antonio Moura Andrade. Campeão por duplas no ano passado, Alberto Cesar Otazú caiu para a vice-liderança, com 99 pontos, pois seu companheiro na equipe Cazaré MktCom/Braspress Luiz Cazaré (LEAG/Avalanche - United Snowflakes/Mafia Sports/Ondoli/Palestrantes/Seelkr/Sport/Ad/Suplefilme) abandonou a prova com problemas em seu kart.

Neste evento aconteceu a estreia da categoria Super 100, utilizando os karts italianos Parolin. Fernando Lirio também fez o nosso famoso "barba, cabelo e bigode", após largar da pole position, completar a volta mais rápida e vencer, passando a ser o primeiro líder do certame. Em segundo terminou Roberto Gianotti.

A terceira etapa do GP Circuito de Kart Amador será no dia 28 de maio, novamente no Kartódromo



31 pilotos participaram da segunda etapa do GPCKA

o Internacional Granja Viana. O GP Circuito de Kart Amador é apoiado por DRC Competições e Cazaré Mktcom. Alberto Cesar Otazú tem o patrocínio de Braspress, HTPPro Nutrition, e Pilotech, com apoio de Alpie Escola de Pilotagem, BraClean, Carnes do Sol, Click Pix Kart e LEAG. O jovem apoia as ações da Associação Cruz Verde e Direção para a Vida. Visite www.gpcka.com.br

CUP SERIES

Últimos dias para confirmar presença na etapa de Peruíbe

O final de semana, dias 1 e 2 de abril, reserva a estreia de mais um importante evento para São Paulo. A CUP SERIES, competição que reunirá, num único final de semana, cinco diferentes modalidades - corrida, triatlo, duathlon, aquathlon e natação em águas abertas -, acontecerá no sábado e domingo, em Peruíbe, no litoral sul paulista. Idealizado pela TUBIG Sports, o evento quer ser um motivador para os atletas e equipes.

Com várias modalidades, permitirá uma maior participação no evento, com cada um optando pela sua especialidade preferida. Mas o prazo está acabando e os interessados poderão confir-

mar presença na primeira etapa pelo site www.cupseries.org.br, onde também estarão ser mais informações. Os atletas federações têm preço especial e esse benefício acontece graças à parceria com a SPTri, Federação Paulista de Triathlon.

Os eventos da CUP Series serão os seguintes: Running CUP - corrida noturna de 5km; Triathlon CUP - prova na distância Sprint (750m swim + 20km bike + 5km run); Duathlon CUP - prova na distância Sprint (2,5km run + 20km bike + 5km run); Aquathlon CUP - prova na distância Sprint (750m swim + 5km run); e Swimming CUP - Natação em águas abertas nas opções de 750m e 1500m

Com foco no atleta amador e nas equipes, permitirá que competidores de diferente modalidades possam estar juntos em um mesmo evento. Serão provas dinâmicas e um sistema de pontuação original, inspirado em estratégias de eventos esportivos americanos, incentiva a competitividade de forma criativa e cativante, competendo cada um na sua modalidade preferida.

Na CUP Series o que vale é ser o mais rápido e seu principal adversário será o relógio. Uma das atrações do evento é que será seletiva para a Copa Brasil de Triathlon, principal evento do calendário nacional, além de valer como uma etapa do Campeon-

ato Paulista. Os eventos terão rankings individuais e por equipes (asseessorias), semelhantes aos da Fórmula 1. Com isso, o formato da CUP Series pretende oferecer uma opção interessante para aqueles que adoram uma rivalidade saudável, seja na corrida, na natação ou nos multi-esportes. O objetivo maior de quem entra para vencer é se tornar, ao final das 3 etapas, o campeão dos campeões e a melhor das equipes.

A CUP SERIES é uma realização da TUBIG Sports, em parceria com a SPTri - Federação Paulista de Triathlon. Mais informações no site oficial, www.cupseries.org.br

30 de abril
Praia de Jaquehy
São Sebastião
1500m

CIRCUITO AQUA 2017 | VOLTA DO PARCEL 2017

Prepare seu fôlego pra encerrar primeira etapa do Circuito Aqua 2017!

inscreva-se
www.circuitoagua.com.br

SWIM Ativo